



Segunda-feira, 1 de Dezembro de 2014

II Série - N.º 137

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 130,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impressanacional.gov.ao - End. telcg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impressanacional@impressanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no *site* www.impressanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

SUMÁRIO

Ministérios das Relações Exteriores e do Comércio

Despacho Conjunto n.º 5008/14:

Nomeia Manuel do Nascimento Júnior para as funções de Adido Comercial da República de Angola na República da Itália, com estatuto Diplomático de Conselheiro. — Revoga o Despacho Conjunto n.º 449/14, de 19 de Junho, dos Ministros das Relações Exteriores e do Comércio.

Ministério das Relações Exteriores

Despacho n.º 5009/14:

Transfere Rosário Gustavo Ferreira de Ceita para o cargo de Cônsul Geral da República de Angola no Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 5010/14:

Abre o Concurso Público Externo de Ingresso no Instituto de Preços e Concorrências para o provimento de vagas e designa os membros do Júri.

Despacho n.º 5011/14:

Desvincula António Mutumi, Motorista de Pesados Principal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5012/14:

Desvincula Mateta Kaluseviko, Assessor, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5013/14:

Desvincula Lino José Maria, Técnico Especialista Principal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5014/14:

Desvincula Maria Alice Narciso, Aspirante, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5015/14:

Desvincula Serafina António Rodrigues Faria Júnior Bendinha, Assessora Principal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5016/14:

Desvincula Maria Ofélia Rodrigues de Gouveia, Assessora Principal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5017/14:

Desvincula Adélia Susso Avelino Chilumbo, Técnica Média de 3.ª Classe, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5018/14:

Desvincula Samuel Hana, Escriturário-Dactilógrafo, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5019/14:

Desvincula Guilhermina João Miranda, Técnica Média de 1.ª Classe, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5020/14:

Desvincula Pascoal Alberto Quitambo, Técnico Médio de 3.ª Classe, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 5021/14:

Nomeia Márcio de Jesus Lopes Daniel para o cargo de Chefe de Departamento de Estudos Jurídicos e Produção Normativa do Gabinete Jurídico.

Despacho n.º 5022/14:

Transfere Julieta Ernesto Builo Chita, Técnica Superior de 2.ª Classe, do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social para este Ministério, com colocação no Gabinete de Recursos Humanos.

Ministério da Geologia e Minas

Despacho n.º 5023/14:

Promove Cremilde das Dores das Chagas Rangel para a categoria de Técnica Média Principal de 1.ª Classe.

Despacho n.º 5024/14:

Promove Dias António Francisco para a categoria de Assessor Principal.

Despacho n.º 5025/14:

Promove João Eduardo Tomás para a categoria de Técnico Superior Principal.

Governo Provincial de Luanda

Despacho n.º 5026/14:

Exonera Elias Chinguli de Oliveira do cargo de Director Provincial da Organização e Modernização Administrativa.

Despacho n.º 5027/14:

Exonera Eduardo Costa Gabriel do cargo de Director Provincial da Habitação.

Despacho n.º 5028/14:

Exonera Baptista Adão Correia do cargo de Director Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Luanda.

Despacho n.º 5029/14:

Exonera António Rosa do cargo de Director Provincial da Juventude e Desportos de Luanda.

Despacho n.º 5030/14:

Nomeia Rosa da Fonseca Vieira Bessa de Campos para o cargo de Directora do Gabinete Provincial de Saúde da Província de Luanda.

Despacho n.º 5031/14:

Transfere e integra o pessoal e o património da Secretaria do Governo na Secretaria Geral; do Centro de Documentação e Informação e da Direcção Provincial da Comunicação Social no Gabinete Provincial de Comunicação e Imagem; do Gabinete de Estudos e Planeamento e da Direcção Provincial de Organização e Modernização Administrativa no Gabinete Provincial de Estudos, Planeamento e Estatística; das Direcções Provinciais das Actividades Económicas do Desenvolvimento Rural e Pescas, da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, de Assistência e Acção Social, dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e da Família e Promoção da Mulher no Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Integrado; das Direcções Provinciais dos Serviços Comunitários e Ambiente, de Energia e Águas, de Fiscalização, da Habitação, de Planeamento e Gestão Urbana, de Tráfego e Mobilidade e de Obras Públicas e Infra-Estruturas no Gabinete Provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos; das Direcções Provinciais da Educação de Luanda, da Cultura e da Juventude e Desportos no Gabinete Provincial de Educação; e da Direcção Provincial de Saúde no Gabinete Provincial de Saúde.

MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DO COMÉRCIO

Despacho Conjunto n.º 5008/14 de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto n.º 35/02, de 28 de Junho;

Os Ministros das Relações Exteriores e do Comércio, determinam:

1.º — É Manuel do Nascimento Júnior nomeado para, em comissão de serviço, exercer as funções de Adido Comercial da República de Angola na República da Itália, com estatuto Diplomático de Conselheiro.

2.º — A Embaixada da República de Angola deve, junto dos Órgãos e Organismos Oficiais do Estado-acreditador, formalizar a acreditação do Adido Comercial ora nomeado.

3.º — É revogado o Despacho Conjunto n.º 449/14, de 19 de Junho, dos Ministros das Relações Exteriores e do Comércio.

4.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Novembro de 2014.

O Ministro das Relações Exteriores, *Georges Rebelo Pinto Chikoti*.

A Ministra do Comércio, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Despacho n.º 5009/14

de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea f) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 171/13, de 29 de Outubro conjugado com artigo 23.º do Decreto Presidencial n.º 209/11, de 3 de Agosto e artigo 4.º do Decreto Executivo n.º 47/10, de 12 de Maio, determino:

É transferido o Conselheiro Rosário Gustavo Ferreira de Ceita, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Cônsul Geral da República de Angola no Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, a partir da data da sua apresentação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Georges Rebelo Pinto Chikoti*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 5010/14

de 1 de Dezembro

Considerando a necessidade de abertura do Concurso Público Externo de Ingresso no Instituto de Preços e Concorrência para provimento de lugares no quadro de pessoal do referido Instituto;

Tendo sido aferidas vagas de admissão para realização dos Concursos Públicos acima mencionados em 2014;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea j) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É aberto o Concurso Público Externo de Ingresso no Instituto de Preços e Concorrências para o provimento das seguintes vagas:

10 (dez) vagas para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, da Carreira Técnica Superior do Regime Geral;

5 (cinco) vagas para a categoria de Técnico de 3.ª Classe, da Carreira Técnica do Regime Geral;

16 (dezasseis) vagas para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, da Carreira Técnica Média do Regime Geral.

2.º — Podem candidatar-se ao Concurso Externo de Ingresso no portal de candidaturas do Ministério das Finanças www.rh.minfin.gv.ao, todos os cidadãos angolanos que preencham os requisitos gerais e específicos, constantes do artigo 11.º do Decreto Presidencial n.º 102/11, de 23 de Maio, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, conforme abaixo se descreve:

Possuir idade compreendida entre 18 e 35 anos, com excepção das situações previstas no Decreto n.º 6/08, de 10 de Abril;

Habilitações literárias requeridas para as categorias em concurso;

Possuir sanidade mental e capacidade física para o desempenho das funções a que se candidata, a ser provado em caso de resultar apurado;

Idoneidade civil;

Situação militar regularizada;

Aptidão física.

3.º — As Candidaturas para o Concurso de Ingresso sejam apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias corridos a contar da data de publicação do Aviso de Concurso Público.

4.º — As listas de candidaturas, assim como o resultado do concurso serão publicados no jornal de Angola e no portal do Ministério das Finanças.

5.º — Que o Concurso Público Externo de Ingresso seja realizado na modalidade de provas de conhecimentos, teóricos e/ou práticos, complementados por entrevistas para preenchimento daquelas vagas e das que vierem a verificar-se no prazo de validade do concurso fixado, que não excederá os 12 meses contados da data da publicação da lista de classificação final.

6.º — Para o disposto nos números anteriores são designados para integrar o Júri dos Concursos de Ingresso Externo os seguintes membros:

Octávio Tombe Quimbuila Capita — Director Nacional de Recursos Humanos, Presidente;

Hermenegildo Cardoso Gaspar — Assessor Principal, Vice-Presidente;

António Gaspar Cosme — Assessor Principal, Vogal;

Feliciano Teresa — Assessor Principal, Vogal;

Joana Mateus António — Assessor Principal, Vogal Suplente;

Emília das Dores Silva Manuel — Assessor Principal, Vogal Suplente.

7.º — Para efeito do disposto nos números anteriores é estabelecido um prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que o Júri assegure a organização dos referidos Concursos.

8.º — Que as provas se realizem em local, data e hora a fixar oportunamente.

9.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Dezembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5011/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É António Mutumi, Motorista de Pesados Principal, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5012/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Mateta Kaluseviko, Assessor, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5013/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d), do n.º 1, do artigo 4.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Lino José Maria, Técnico Especialista Principal, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1, do artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5014/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d), do n.º 1, do artigo 4.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Maria Alice Narciso, Aspirante, desvinculada dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1, do artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5015/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Serafina António Rodrigues Faria Júnior Bendinha, Assessora Principal, desvinculada dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5016/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Maria Ofélia Rodrigues de Gouveia, Assessora Principal, desvinculada dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5017/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Adélia Susso Avelino Chilumbo, Técnica Média de 3.ª Classe, desvinculada dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5018/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Samuel Hana, Escriurário-Dactilógrafo, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2.º — Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5019/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1. É Guilhermina João Miranda, Técnica Média de 1.ª Classe, desvinculada dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5020/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1. É Pascoal Alberto Quitembo, Técnico Médio de 3.ª Classe, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5021/14
de 1 de Dezembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Márcio de Jesus Lopes Daniel nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Estudos Jurídicos e Produção Normativa do Gabinete Jurídico.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 5022/14
de 1 de Dezembro

Considerando que a mobilidade do pessoal prevista no artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, pode assegurar-se por conveniência da Administração;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

1.º — É Julieta Ernesto Builo Chita, funcionária provida na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, da Carreira Técnica Superior, transferida do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social para este Ministério, com colocação no Gabinete de Recursos Humanos.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Novembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIO DA GEOLOGIA E MINAS

Despacho n.º 5023/14
de 1 de Dezembro

Por conveniência de serviço público, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, e no uso da Faculdade que me é conferida nos termos do artigo 137.º da Constituição, determino:

É Cremilde das Dores das Chagas Rangel, Técnica Média Principal de 2.ª Classe, promovida nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, para a categoria de Técnica Média Principal de 1.ª Classe, lugar

vago, criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 230/12, de 3 de Dezembro, com efeitos a partir de 5 de Fevereiro de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Agosto de 2013.

O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

Despacho n.º 5024/14
de 1 de Dezembro

Por conveniência de serviço público, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, e no uso da Faculdade que me é conferida nos termos do artigo 137.º da Constituição, determino:

É Dias António Francisco, Assessor, promovido nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, para a categoria de Assessor Principal, lugar vago, criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 230/12, de 3 de Dezembro, com efeitos a partir de 4 de Junho de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Agosto de 2013.

O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

Despacho n.º 5025/14
de 1 de Dezembro

Por conveniência de Serviço Público, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, e no uso da Faculdade que me é conferida nos termos do artigo 137.º da Constituição, determino:

É João Eduardo Tomás, Técnico Superior de 2.ª Classe, promovido nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, para a categoria de Técnico Superior Principal, lugar vago, criado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 230/12, de 3 de Dezembro, com efeitos a partir de 5 de Fevereiro de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Agosto de 2013.

O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA

Despacho n.º 5026/14
de 1 de Dezembro

Por conveniência de serviço;

Considerando que, com a entrada em vigor do Decreto Presidencial n.º 293/14, de 21 de Outubro, foram extintos os serviços desconcentrados do Governo Provincial de Luanda;

Tendo em conta o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea d) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Elias Chinguli de Oliveira exonerado do cargo de Director Provincial da Organização e Modernização Administrativa, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 87/12, de 26 de Abril.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 17 de Novembro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

Despacho n.º 5027/14
de 1 de Dezembro

Por conveniência de serviço;

Considerando que, com a entrada em vigor do Decreto Presidencial n.º 293/14, de 21 de Outubro, foram extintos os serviços desconcentrados do Governo Provincial de Luanda;

Tendo em conta o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea d) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Eduardo Costa Gabriel exonerado do cargo de Director Provincial da Habitação, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 100/12, de 21 de Maio.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 17 de Novembro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

Despacho n.º 5028/14
de 1 de Dezembro

Por conveniência de serviço;

Considerando que, com a entrada em vigor do Decreto Presidencial n.º 293/14, de 21 de Outubro, foram extintos os serviços desconcentrados do Governo Provincial de Luanda;

Tendo em conta o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea d) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Baptista Adão Correia exonerado do cargo de Director Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Luanda, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 631 NE/GAB.GOV/09, de 1 de Dezembro.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 17 de Novembro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

Despacho n.º 5029/14
de 1 de Dezembro

Por conveniência de serviço;

Considerando que, com a entrada em vigor do Decreto Presidencial n.º 293/14, de 21 de Outubro, foram extintos os serviços desconcentrados do Governo Provincial de Luanda;

Tendo em conta o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea d) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É António Rosa exonerado do cargo de Director Provincial da Juventude e Desportos de Luanda, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 014/N.E/GAB.GOV/07, de 11 de Janeiro.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 17 de Novembro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

Despacho n.º 5030/14
de 1 de Dezembro

Por conveniência de serviço;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Rosa da Fonseca Vieira Bessa de Campos nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de Directora do Gabinete Provincial de Saúde da Província de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 17 de Novembro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

Despacho n.º 5031/14
de 1 de Dezembro

Considerando que por Decreto Presidencial n.º 293/14 de 21 de Outubro, referente à Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado na Província de Luanda, foi revogado o Decreto Presidencial n.º 276/11 de 31 de Outubro que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda;

Considerando que a revogação do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro determinou a extinção dos serviços desconcentrados do Governo Provincial de Luanda;

Havendo necessidade de se proceder a transferência do pessoal e do património dos serviços desconcentrados extintos para os serviços de apoio técnico ora criados;

O Governador Provincial, nos termos da alínea b) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10 de 29 de Julho, sobre a Organização e Funcionamento da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Presidencial n.º 293/14, de 21 de Outubro, determina o seguinte:

1. É integrado na Secretaria Geral o pessoal e o património da Secretaria do Governo.

2. São integrados no Gabinete Provincial de Comunicação e Imagem o pessoal e o património do Centro de Documentação e Informação e da Direcção Provincial da Comunicação Social.

3. São integrados no Gabinete Provincial de Estudos, Planeamento e Estatística o pessoal e o património do Gabinete de Estudos e Planeamento e da Direcção Provincial de Organização e Modernização Administrativa.

4. São integrados no Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Integrado o pessoal e o património dos seguintes serviços desconcentrados:

- a) Direcção Provincial das Actividades Económicas;
- b) Direcção Provincial do Desenvolvimento Rural e Pescas;
- c) Direcção Provincial da Administração Pública, Emprego e Segurança Social;

- d) Direcção Provincial de Assistência e Acção Social;
- e) Direcção Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria;
- f) Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher.

5. São integrados no Gabinete Provincial de Infra-Estrutura e Serviços Técnicos o pessoal e o património dos seguintes serviços desconcentrados:

- a) Direcção Provincial dos Serviços Comunitários e Ambiente;
- b) Direcção Provincial de Energia e Águas;
- c) Direcção Provincial de Fiscalização;
- d) Direcção Provincial da Habitação;
- e) Direcção Provincial de Planeamento e Gestão Urbana;
- f) Direcção Provincial de Tráfego e Mobilidade;
- g) Direcção Provincial de Obras Públicas e Infra-estruturas.

6. São integrados no Gabinete Provincial de Educação o pessoal e o património dos seguintes serviços desconcentrados:

- a) Direcção Provincial da Educação de Luanda;
- b) Direcção Provincial da Cultura;
- c) Direcção Provincial da Juventude e Desportos.

7. É integrado no Gabinete Provincial de Saúde o pessoal e o património da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

8. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, Luanda, aos 17 de Novembro de 2014. — O Governador
Graciano Francisco Domingos.